

**DOCUMENTO METODOLÓGICO**

**VERSÃO 1.0**

**SETEMBRO 2015**

**Designação da operação estatística:** Sistemas de Mediação Pública

**Sigla da operação estatística:** SMP

**Código da operação estatística:** 636

**Código SIGINE\*:** Não aplicável

**Código da atividade estatística - CGA\*:** 380

**Código de versão do DMET:** 1.0

**Data de entrada em vigor da versão do DMET:** setembro de 2015

**Data da última atualização do DMET:** setembro 2015

**Entidade responsável pela operação estatística:** Direção-Geral da Política de Justiça

\* - Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

# ÍNDICE

## **I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA**

- ☞ I. 1 Designação da operação estatística
- ☞ I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística
- ☞ I. 3 Código da operação estatística
- ☞ I. 4 Código SIGINE (modelo estatístico)
- ☞ I. 5 Código da Atividade Estatística
- ☞ I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico
- ☞ I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico
- ☞ I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico
- ☞ I.9 Entidade responsável pela operação estatística
- ☞ I10. *Outras Entidades Externas relacionadas com a operação estatística*

## **II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO**

## **III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO**

- ☞ III.1 Contexto da operação estatística
- ☞ III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação
- ☞ III.3 Objetivos da operação estatística
- ☞ III.4 Financiamento da operação estatística

## **IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

- ☞ IV.1 Tipo de operação estatística
- ☞ IV.2 Tipo de fonte (s) de informação utilizada (s) na operação estatística
- ☞ IV.3 Periodicidade da operação estatística
- ☞ IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística
- ☞ IV.5 Principais utilizadores da informação
- ☞ IV.6 Difusão
  - IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação
  - IV.6.2 Revisões
  - IV.6.3 Produtos de difusão regular

## **V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA**

- ☞ V.1 População-alvo
- ☞ V.2 Base de amostragem
- ☞ V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação
- ☞ V.4 Desenho da amostra
  - V.4.1 Características da amostra
  - V.4.2. Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra
- ☞ V.5 Construção do (s) questionário (s)
  - V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)
  - V.5.2 Tempo médio de preenchimento do (s) questionário (s)
- ☞ V.6 Recolha de dados
  - V.6.1 Recolha direta de dados
    - V.6.1.1 Período (s) de recolha
    - V.6.1.2 Método (s) de recolha
    - V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha
    - V.6.1.4 Possibilidade de inquirição Proxy
    - V.6.1.5 Sessões Informativas
  - V.6.2 Recolha não-direta de dados
- ☞ V.7 Tratamento de dados
  - V. 7.1 Validação e análise
  - V.7.2 Tratamento de não respostas
  - V.7.3 Obtenção de resultados

- V.7.4 Ajustamentos dos dados
- V.7.5 Comparabilidade e coerência
- V.7.6 Confidencialidade dos dados

#### **VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO**

#### **VII. VARIÁVEIS DERIVADAS**

#### **VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR**

#### **IX. CONCEITOS**

#### **X. CLASSIFICAÇÕES**

#### **XI. SIGLAS E ABREVIATURAS**

#### **XII. BIBLIOGRAFIA**

# **I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA**

## **I. 1 Designação da operação estatística**

*Estatísticas dos Sistemas de Mediação Pública*

## **I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística**

SMP

## **I. 3 Código da operação estatística**

636

## **I. 4 Código SIGINE (modelo estatístico)**

Não aplicável

## **I. 5 Código da Atividade Estatística**

Área estatística: 40 - Justiça

Família estatística: 402 - Estatísticas da Resolução Alternativa de Litígios

Atividade estatística: 380 – Estatísticas dos Sistemas de Mediação Pública

## **I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico**

1.0

## **I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico**

Setembro de 2015

## **I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico**

Setembro de 2015

### **I.9 Entidade responsável pela operação estatística**

#### **Entidades com Delegação de Competências**

- Entidade: Direcção-Geral da Política de Justiça
- Unidade Orgânica (UO): DEJ
- Técnico responsável  
Nome: Chefe da divisão de estatísticas da justiça  
Telefone: 21 792 4000  
E-mail: [correio@dgpi.mj.pt](mailto:correio@dgpi.mj.pt)
- Ponto focal no INE:  
Nome: Victor Garcia (Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais)  
Telefone: 218 426 177  
E-mail: victor.garcia@ine.pt

### **I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação**

Não aplicável.

## II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Não aplicável.

## III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

### III.1 Contexto da operação estatística

Em 1983 o Gabinete de Estudos e Planeamento, atual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) foi constituído órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as estatísticas da Justiça. Nesse ano a agora DGPJ assumiu a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes as estatísticas da Justiça.

Desde a criação dos sistemas de mediação pública, com o sistema de mediação penal e familiar, que é ambição das estatísticas da Justiça passarem a recolher, tratar e divulgar dados sobre o tema.

Em 2011, com a publicação da nova lei orgânica do Ministério da Justiça (Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro) e, posteriormente, com a publicação da nova lei orgânica da DGPJ (Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho), a DGPJ passou a integrar o Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), o qual assegura o desenvolvimento das ações necessárias ao exercício das competências da DGPJ no domínio dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, designadamente através da promoção da criação e apoio aos sistemas de mediação. Neste contexto, foram criadas excelentes condições para as estatísticas da justiça, num projeto desenvolvido em estreita articulação com o GRAL, alargarem o seu âmbito a este tema, passando a dispor de indicadores sobre o funcionamento destes meios de resolução litígios.

Na mediação os conflitos são resolvidos extrajudicialmente, auxiliadas por um terceiro imparcial que é o mediador. As partes procuram chegar a um acordo que resolva o litígio que as opõe. A atividade do mediador é regulamentada por um conjunto de princípios consagrados no Código Europeu de Conduta para Mediadores, aos quais os mediadores, a nível individual, podem, voluntariamente, aderir.

Atualmente a Mediação encontra-se regulada pela Lei n.º 29/2013, de 19 de abril, que estabelece os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal, independentemente da entidade que realiza a mediação (pública ou privada) ou da matéria em causa na mesma.

As estatísticas dos sistemas de mediação inserem-se na produção das estatísticas oficiais da Justiça - Outras estatísticas - incluem: o movimento anual de pedidos e de processos, de acordo com a natureza familiar, laboral e penal, e a caracterização dos findos. É uma operação de âmbito geográfico nacional, tendo por base a informação de todas as unidades estatísticas (recenseamento) que se iniciou em 2014, utilizando fontes de informação indiretas (sistema de gestão de processos de mediação pública). Os dados do primeiro semestre referentes ao movimento de pedidos e processos de mediação pública são divulgados em outubro desse mesmo ano, os do segundo semestre são divulgados em maio do ano seguinte.

☞ **III. 2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• **Necessidades resultantes de obrigações legais:**

- Legislação comunitária

Especificar: \_\_\_\_\_

☐

- Compromissos perante organizações internacionais

Especificar: \_\_\_\_\_

☐

- Legislação nacional

Especificar: Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho e Lei n.º 29/2013, de 19 de abril

☒

• **Pedido direto de informação por parte do/de:**

- Entidades públicas nacionais

☐

- Entidades comunitárias

- Programa Estatístico Europeu (PEE)

☐

- Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”)

☐

- Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras

☐

Especificar: \_\_\_\_\_

- Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p.ex.)

☐

Especificar: \_\_\_\_\_

- Resultado de **inquéritos** às necessidades dos utilizadores

☐

- Necessidades de informação de **outras operações estatísticas**

☐

- Contrato/**Protocolo** específico com Entidade externa

☐

- Outras necessidades

X

- Especificar: Pedidos diretos de estudantes, comunicação social, entidades públicas nacionais, governo, CEPEJ.

### ☞ **III.3 Objetivos da operação estatística**

Esta operação estatística visa recolher informação no sistema de mediação pública existentes no território nacional, nomeadamente sobre:

- O movimento mensal de pedidos e de processos (número de entrados, findos e pendentes) por área de mediação: família, penal e laboral;
- Caracterização no que respeita à área de mediação e às circunstâncias dos pedidos e dos processos (iniciativa processual, objeto ação, crime e modalidade de termo).
- Duração média dos pedidos e dos processos de mediação pública.

### **III.4 Financiamento da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Financiamento total:	X
○ da Entidade responsável	<input type="checkbox"/>
○ da União Europeia (EUROSTAT)	<input type="checkbox"/>
○ de outra Entidade	<input type="checkbox"/>
▪ Especificar: _____	
• Cofinanciamento:	
○ Entidade responsável e União Europeia	<input type="checkbox"/>
○ Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia)	<input type="checkbox"/>
▪ Especificar: _____	

## **IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

### ☞ **IV.1 Tipo de operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Inquérito amostral	<input type="checkbox"/>
• Recenseamento	X
• Estudo estatístico	<input type="checkbox"/>



☞ **IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Fonte Direta	<input type="checkbox"/>
• Fonte Não-direta	
○ Fonte administrativa	X
○ Outra operação estatística	<input type="checkbox"/>
○ Outra	<input type="checkbox"/>
• Especificar: _____	

☞ **IV.3 Periodicidade da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Mensal	<input type="checkbox"/>
• Trimestral	<input type="checkbox"/>
• Semestral	X
• Anual	<input type="checkbox"/>
• Bienal	<input type="checkbox"/>
• Trienal	<input type="checkbox"/>
• Quadrienal	<input type="checkbox"/>
• Quinquenal	<input type="checkbox"/>
• Decenal	<input type="checkbox"/>
• Não periódico	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

#### ☞ IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Continente	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>
• País	X
• Outro	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

#### ☞ IV. 5 Principais utilizadores da informação

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<b>Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional</b>	
○ INE	X
○ Banco de Portugal	<input type="checkbox"/>
○ Direção Regional de Estatística da Madeira	<input type="checkbox"/>
○ Serviço Regional de Estatística dos Açores	<input type="checkbox"/>
○ Entidades com delegação de competências	X
Especificar: Direção-Geral da Política de Justiça.	
<b>Outros utilizadores nacionais</b>	
Especificar: Estudantes, comunicação social.	X
<b>Utilizadores Comunitários e outros Internacionais</b>	
Especificar: CEPEJ	X

#### ☞ IV.6 Difusão

##### ○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação

Movimento de pedidos e processos e respetiva caracterização – Os dados são divulgados no final de maio e no final de outubro. No final de maio serão divulgados os dados referentes ao ano anterior e no final de outubro serão divulgados os dados do primeiro semestre desse ano.

○ **IV.6.2 Revisões**

1. Tipos de revisões de dados adotadas:

Assinale uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Revisões regulares	X
○ Correntes	<input type="checkbox"/>
○ Gerais	
• Revisões <b>extraordinárias</b>	X

2. Circunstância em que são efetuadas as revisões:

As revisões correntes são efetuadas sempre que há disponibilização dos dados.

As revisões extraordinárias ocorrem quando são detetadas incongruências nos mesmos.

3. Frequência das revisões:

As revisões correntes são feitas de acordo com o calendário de disponibilização dos dados.

As revisões extraordinárias só ocorrem em caso de necessidade, têm carácter pontual.

○ **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

Preencher o seguinte quadro:

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	Designação do produto	Periodicidade de disponibilização	Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)
. Destaque . Publicação . Indicadores estatísticos . Questionário Internacional	<i>Movimento dos pedidos e processos dos sistemas de mediação familiar, penal e laboral</i>	Semestral	País

## V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

### ☞ V.1 População-alvo

Pedidos e processos dos sistemas de mediação familiar, penal e laboral a nível nacional.

### ☞ V.2 Base de amostragem

Indicar a base de amostragem utilizada, assinalando uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| • Alojamentos  | <input type="checkbox"/> |
| • Empresas (excluindo as agrícolas)  |                          |
| ○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)   | <input type="checkbox"/> |
| ○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)  | <input type="checkbox"/> |
| • Explorações agrícolas  | <input type="checkbox"/> |
| • Estabelecimentos   |                          |
| ○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)   | <input type="checkbox"/> |
| ○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)  | <input type="checkbox"/> |
| • Veículos   | <input type="checkbox"/> |
| • Instituições sem fins lucrativos   | <input type="checkbox"/> |
| • Administrações Públicas  | <input type="checkbox"/> |
| • Outras   | X                        |
| ○ Especificar: Ficheiro da DGPJ de pedidos e processos dos sistemas de mediação familiar, penal e laboral. |                          |
| ○ Indicar a unidade amostral: Pedidos e processos de mediação pública.                                     |                          |

☞ **V. 3 Unidade (s) estatística (s) de observação**

Pedido e/ou processo de um sistema de mediação pública

☞ **V. 4 Desenho da amostra**

○ **V.4.1 Características da amostra**

Não aplicável.

○ **V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra**

Não aplicável.

☞ **V.5 Construção do(s) questionário(s)**

○ **V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário(s)**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Não aplicável.

○ **V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)**

Não aplicável.

☞ **V. 6 Recolha de dados**

Não aplicável.

▪ **V. 6.1.2 Método(s) de recolha**

Não aplicável.

▪ **V. 6.1.3 Critério para o fecho da recolha**

Não aplicável.

▪ **V. 6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”**

Assinalar uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Sim	<input type="checkbox"/>
○ Especificar o critério: _____	
• Não	X

▪ **V. 6.1.5 Sessões informativas**

Não aplicável.

○ **V. 6.2 Recolha não-direta de dados**

Preencher o seguinte quadro:

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE (administrativa, operação estatística)	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL DA FONTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS DA FONTE
Sistema de mediação processual	Administrativa	Divisão dos Julgados de Paz e Mediação/ GRAL/DGPJ	Semestral

## ☞ **V.7 Tratamento de dados**

### ○ **V. 7.1 Validação e análise**

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):

• Regras de domínio	X
• Regras de coerência	X
• Regras de estrutura	X

2. Fazer uma breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos.

Para obter informação precisa, foram introduzidas mensagens de erro ou de confirmação no sistema de gestão de processos de mediação pública de modo a alertar o utilizador, evitando o preenchimento de informação errada.

É feita ainda uma validação da coerência dos dados depois de recebidos através de comparações e análises designadamente retrospectivas e tendo sempre em consideração as alterações legislativas ocorridas.

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento.

Não aplicável.

### ○ **V. 7.2 Tratamento de não respostas**

Não aplicável.

### ○ **V.7.3 Obtenção de resultados**

Os dados são obtidos por agregação dos valores efetivos e sujeitos a uma análise descritiva.

### ○ **V.7.4 Ajustamentos dos dados**

Não aplicável.

### ○ **V.7.5 Comparabilidade e coerência**

A coerência é assegurada através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados infra- anuais, provisórios e definitivos em termos de análise quer temporal quer geográfica.

Assinalam-se as alterações legislativas e procede-se a inserção de notas metodológicas e se necessário a quebra de séries.

Caso ocorra uma quebra de série, serão identificados: os períodos e os motivos específicos que lhe deram origem (alterações legislativas, na recolha da informação, nos conceitos, etc.).

○ **V.7.6 Confidencialidade dos dados**

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☒
- Não ☐

2. Se responder “sim” completar a resposta de acordo com a instrução de preenchimento.

A recolha, tratamento e divulgação dos dados estatísticos é feita de acordo com o estabelecido pela Lei 22/2008 de 13 de maio (Lei do SEN), designadamente o artigo 6º, que estabelece a aplicação do princípio do segredo estatístico a toda a informação que permite individualizar unidades estatísticas, bem como os manuais de aplicação deste princípio pelas AE.

A quebra da confidencialidade estatística é punível não só disciplinar mas também criminalmente de acordo com o artigo 32º da Lei do SEN.”

O tratamento dos dados pela DGPJ consiste em apenas divulgar ou fornecer dados que se reportem a pelo menos três unidades estatísticas para uma determinada variável. A ocultação de dados confidenciais realiza-se pela aplicação dos métodos de supressão ou agregação.



## VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

**NOTA:** esta informação tem carácter provisório, será sujeita a validação posterior pelo INE/DMSI

Fonte dos dados	Designação da variável na origem	Unidades estatísticas	Unidade de medida	Informação complementar
DGPJ	Número do pedido	Pedido	N/A	
DGPJ	Área da mediação	Pedido	N/A	
DGPJ	Objeto do pedido	Pedido	N/A	
DGPJ	Crime	Pedido	N/A	
DGPJ	Iniciativa processual	Pedido	N/A	
DGPJ	Data de entrada	Pedido	Data	
DGPJ	Data de termo	Pedido	Data	
DGPJ	Fase do pedido	Pedido	N/A	
DGPJ	Modalidade de termo	Pedido	N/A	
DGPJ	Número do processo	Processo	N/A	
DGPJ	Data de entrada	Processo	Data	
DGPJ	Data de termo	Processo	Data	
DGPJ	Fase do processo	Processo	N/A	
DGPJ	Modalidade de termo	Processo	N/A	
DGPJ	Distrito	Processo	N/A	
DGPJ	Número de Mediadores		N/A	
DGPJ	Data de arquivamento do pedido/processo (data de validação dos Honorários)	Processo	Data	

## VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

NOTA: esta informação tem carácter provisório, será sujeita a validação posterior pelo INE/DMSI.

Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável					Fórmula
				Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida	
		Duração média	Pedidos findos						Dias	Tempo que medeia entre a data da entrada do pedido e a data do termo.
		Duração média	Processos findos						Dias	Tempo que medeia entre a data da entrada do processo e a data do termo.

## VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

(em estudo)

## IX. CONCEITOS

Código	Designação	Definição
327	Acusação	Ato do Ministério Público ou de um particular (acusação particular) mediante o qual se exprime o desejo de perseguir uma pessoa por razão de uma infração, definindo e fixando perante o tribunal o objeto do processo.
337	Arguido	Pessoa contra quem foi deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal e aquela que, por recair sobre si forte suspeita de ter perpetrado uma infração cuja existência esteja suficientemente comprovada, a lei obriga ou permite que seja constituída como tal.
365	Crime	Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.
375	Desistência de Queixa	Declaração de vontade do titular dos interesses que a lei quis proteger com a incriminação ou das restantes pessoas a quem a lei reconhece legitimidade para o efeito, pela qual se opera a retratação da denúncia (em crimes semipúblicos) ou da acusação particular (em crimes particulares), tendo como consequência a extinção do procedimento criminal.
379	Divórcio	Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento em vida dos cônjuges, a requerimento de um contra o outro (divórcio sem consentimento de um dos cônjuges) ou de ambos (divórcio por mútuo consentimento), conferindo a cada um o direito de voltar a casar.
411	Ministério Público	Órgão do Estado, integrado nos tribunais e dotado de autonomia e estatuto próprio, encarregado de representar o Estado e outras pessoas a quem este deva proteção, exercer a ação penal e defender legalidade democrática e os interesses que a lei determinar. Vinculado, na sua atividade, a critérios de objetividade e legalidade, tem por órgão superior a Procuradoria-Geral da República e por agentes o procurador-geral da República, o vice-procurador-geral da República, procuradores-gerais adjuntos, procuradores da República e delegados do procurador da República e constitui uma magistratura paralela à magistratura judicial
422	Poder Paternal	Situação jurídica complexa constituída por direitos funcionais, e correspondentes deveres, que se traduz em velar pela segurança e saúde dos filhos, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los e administrar os seus bens.

470	Separação Judicial de Bens	Providência concedida pela lei a qualquer dos cônjuges contra o cônjuge administrador dos seus bens próprios e/ou dos bens comuns quando, em virtude da má administração, estiver em perigo de perder o que é seu. A sentença que decreta a separação judicial de bens obriga à partilha do património comum, passando o regime de bens do casamento a ser o da separação. A separação judicial de bens é irrevogável.
471	Separação de Pessoas e Bens	Modificação da relação matrimonial que atinge as relações de carácter patrimonial e pessoal entre os cônjuges, sem que se verifique a dissolução do casamento. Extinguem-se os deveres de coabitação e assistência. Quanto aos efeitos patrimoniais, eles são idênticos aos que provêm da dissolução do casamento. A situação de separação pode terminar ou pela reconciliação dos cônjuges ou pela dissolução do casamento (por morte de um dos cônjuges ou por conversão da separação em divórcio). Pode ser decretada litigiosamente ou por mútuo consentimento.
485	Tribunal	Órgão de soberania investido na função de assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, de reprimir a violação da legalidade e de dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.
3315	Conservatória	Órgão dependente do Ministério da Justiça através da Direção-Geral dos Registos e Notariado. Os órgãos normais dos serviços de registo são a conservatória dos Registos Centrais e as Conservatórias, as delegações e os postos do registo civil.
3918	Ofendido	Titular dos interesses que a lei incriminadora especialmente quis proteger com a incriminação, considerado mero participante processual, pelo que não é titular de direitos de intervenção no processo penal
3919	Processo tutelar cível	Processo que visa acautelar os interesses do menor em áreas relativas à filiação, poder paternal, inibição e limitações ao exercício do poder paternal, suprimimento do poder paternal, adoção e alimentos
3999	Meios alternativos de resolução de conflitos	Procedimentos extrajudiciais de resolução de litígios conduzidos por uma parte terceira, neutra
7812	Processo-crime	Sequência de atos juridicamente pré- ordenados e praticados por determinadas pessoas legitimamente autorizadas tendo em vista a decisão acerca da prática de algum crime e, em caso afirmativo, sobre as respetivas consequências jurídicas.
9930	Mediação	Meio alternativo de resolução de litígios, segundo o qual as partes envolvidas procuram voluntariamente chegar a um acordo, auxiliadas por um mediador.
9931	Mediador	Profissional que guia e auxilia as partes de forma imparcial num processo de mediação, promovendo a comunicação necessária para que possam encontrar por si mesmas a base do acordo com vista à resolução do litígio.
9932	Procedimento de mediação	Acordo das partes, manifestado através da assinatura de um protocolo, para dar início ao processo de mediação.
9934	Processo de mediação	Sequência de atos que suportam a mediação com o apoio de um mediador.

## X. CLASSIFICAÇÕES

- Lista de classificações utilizadas:

Código (versão)	Designação (versão)
	Código da divisão administrativa (distritos/municípios/freguesias)
	Tabela de crimes registados, 2015
	Tabela da área da mediação
	Tabela - objeto de pedido
	Tabela – iniciativa processual
	Tabela – modalidade de termo do pedido
	Tabela – modalidade de termo do processo

## XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

- Lista de abreviaturas e acrónimos (siglas) utilizados:

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Extensão</b>
8391	CEPEJ	Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça
4583	DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
8392	DSEJI	Direção de Serviços de Estatísticas da Justiça e Informática
8393	GRAL	Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, IP
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
6319	SIEJ	Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
2144	SAS	Statistics Analysis System

## XII. BIBLIOGRAFIA

- “**Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico**”, Novembro 2011, Departamento de Metodologia e Sistemas de Informação – Instituto Nacional de Estatística
- **Website do Instituto Nacional de Estatística:** <http://www.ine.pt>
- **Website da Direção-Geral da Política da Justiça:** <http://www.dgpj.mj.pt>
- **Legislação referente aos sistemas de mediação familiar, penal e laboral:**
- Diretiva nº2008/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Maio de 2008.
- Lei n.º 29/2013, de 19 de abril.
- Despacho 18778/2007, de 22 de agosto.
- Lei n.º 21/2007, de 12 de junho.
- Portaria n.º 68-C/2008, de 22 de janeiro.